

solicitando ao Poder Executivo, ao General João Baptista Figueiredo, bem como ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, a reconsideração de mais este ato autoritário e absurdo:

#### "CARTA ABERTA A POPULAÇÃO

A Universidade Estadual de Mato Grosso está sendo palco de mais uma encenação do autoritarismo do governo, que, sem considerar os reais interesses da comunidade universitária, indica precipitada e inexplicavelmente outro Reitor para nossa Universidade.

Quando se trata de implantar o Ensino pago, primeiro cria-se uma Fundação, em seguida, busca-se um técnico especialista em gestão de empresas. Pouco importa que todo esse processo ignore completamente os reais interesses e necessidades da Universidade.

Ao governo importa apenas que se tenha uma Universidade Acritica, Dócil, Fantoche das cúpulas governamentais, desviada de suas funções de Ensino e Pesquisa e de centro de debate dos problemas nacionais. Para isto lança mão de todo um processo autoritário e ditatorial, refletido na indicação arbitrária de um novo Reitor.

Discordamos e protestamos veementemente contra a maneira como foi feita esta indicação, na medida em que não aceitamos qualquer mudança na Universidade sem que antes se ouça a comunidade Universitária.

Não calaremos mais. Estamos denunciando o arbitrio. Queremos participação discente e docente nas tomadas de decisão. Queremos Ensino Gratuito e uma Universidade Democrática, acessível a todas as camadas da população e voltada aos interesses do povo.

Pelo Ensino Público e Gratuito  
Por uma Universidade Democrática  
1979, ano de reconstrução da UNE. (Palmas.)

#### O SR. ÉDISON KHAIR (MDB — RJ. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Congresso iniciou hoje, pela manhã, a discussão do projeto de anistia encaminhado pelo Governo. Trata-se de proposição mesquinha, pequena, discriminatória, enfim, que dá bem a medida daqueles que detêm o poder, ilegítimamente, há 15 anos, neste País.

Hoje os presos políticos do Rio de Janeiro entram no seu 32.º dia de greve de fome, na sua luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita, na sua luta por uma anistia que mereça verdadeiramente esse nome, uma anistia que possa, na realidade, libertar os presos políticos, reintegrar funcionários públicos e militares a seus postos, já que a esses revoltosos pelas armas o Governo chama calhordamente terroristas. Terrorista é quem tortura nos porões das masmorras; terrorista é quem assassina; terrorista é quem vem implantando um sistema que sufoca os trabalhadores, que impede seus movimentos reivindicatórios que, na realidade, silencia a Nação há 15 anos.

São presos políticos que arriscam suas vidas não numa atitude de suicida, não numa atitude desvinculada de razão, mas, ao contrário, numa atitude profundamente conseqüente daqueles que estão dispostos, inclusive, a ir até a morte para sensibilizar a opinião pública brasileira, a opinião pública internacional e este Parlamento para que não vote favoravelmente a uma anistia restrita, mesquinha, que está inovando em matéria de Direito Constitucional, porque é a primeira anistia que conheço na história da humanidade e do Brasil que não liberta um preso político.

A anistia deste Governo é tão perversa, tão mesquinha e tão calhorda que não liberta sequer um preso político, repito. E ainda nos acusam de radicais. Mais radical é este Governo, que permite que 14 presos políticos no Rio de Janeiro estejam em greve de fome há 32 dias, enquanto permanece insensível, como se simplesmente não existisse o problema, ignorando-o.

Ruy Barbosa já disse que há tipos de anistias inversas. Pois eu diria que esse tipo de anistia que o Governo quer impor à Nação e ao Congresso não é uma anistia inversa, na realidade é uma anistia perversa, uma anistia que começa por anistiar os torturadores, que começa por anistiar aqueles que infelicitaram milhares de cidadãos brasileiros, ou assassinando-os, ou torturando-os, ou maculando-os psicologicamente.

Sr. Presidente, a anistia que o Governo quer impor à Nação envergonha todo o Brasil, envergonha este Congresso, que já é envergonhado pela presença espúria dos "Senadores biônicos".

Sr. Presidente, não temos certeza, não temos sequer a esperança, mas temos a vontade férrea de não votar esse projeto de anistia, que, na realidade, só vai institucionalizar um sistema que nos é imposto de fora pelo imperialismo, pelas multinacionais ou pela trilateral. Este é um projeto elaborado lá fora, pelas potências imperialistas, para nos impor uma democracia restritiva, sem

os trabalhadores, sem a universidade livre, com a inteligência do Brasil cerceada, como vem sendo até hoje. Absolutamente não chancelaremos, ou não votaremos um projeto de anistia, que na realidade, não pode merecer este nome, porque é uma anistia singular, é uma anistia que não solta presos políticos. (Muito bem!)

**O SR. WILDY VIANNA (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, um dos mais sérios entraves ao pleno desenvolvimento agrícola do Acre é, sem sombra de dúvida, o problema fundiário. A grande quantidade de acreanos sem terra mantém-se em situação de completo desestímulo, pois seu esforço se concentra em terras ainda não tituladas e sua labuta destina-se, na maioria dos casos, a prover o próprio sustento, sem a possibilidade de trabalhar um chão de sua propriedade, de construir algo de seu.

De há muito vem sendo atacado este problema, e parece-nos que somente agora chegou-se a um plano capaz de escalonar o assentamento de maneira plausível e racional.

Trata-se do Projeto Redenção, assim denominado por significar a real possibilidade de soerguimento de vasta área propícia às mais diversas culturas, com o assentamento dirigido de colonos em área de 190.000 ha, nas localidades de Rio Branco, Brasília, Xapuri, Tarauacá, Feijó, Cruzeiro do Sul e Assis Brasil.

Este projeto, elaborado pelo Governo do Estado através da COLONACRE — Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre — teve a preocupação básica de mostrar-se passível de execução, e, em vista disso, suas dimensões não apresentem números e cifras astronômicos; sua implantação seguirá organograma a ser cumprido no prazo de 7 anos, entre 1979 e 1985, o que visa a facilitar a obtenção dos recursos necessários. Os planos originais prevêm o assentamento em lotes entre 100 e 500 ha e o agricultor poderá contar com assistência técnica governamental para as culturas permanentes da seringueira, da cana-de-açúcar, da pimenta-do-reino, do cacau, café, guaraná, coco-da-baía, dendê e cravo-da-india.

Com este empreendimento, pretende o Governador Joaquim Macedo dar condições ao Acre para que seja alcançado um desenvolvimento harmonioso entre suas diversas regiões, a fim de não permitir a repetição do doloroso engano de tempos passados, em que o INCRA desapropriou cerca de 400.000 ha que, posteriormente, foram analisados pelo Projeto RADAM e considerados impróprios para a agricultura.

Cabe aqui ressaltar que os planos anteriores de assentamento dirigido preocuparam-se apenas com as regiões de Rio Branco e Sena Madureira, ao contrário do atual, que beneficia todos os municípios, dando-lhes condições para atingir maiores níveis de progresso agrícola.

O que nos traz a esta tribuna, Sr. Presidente, é a necessidade de encarecermos às autoridades constituídas a efetiva liberação de verbas para a concretização desse importante projeto; o Acre é ainda uma unidade pobre da Federação; é um Estado em que o Governo é o maior empregador, e onde a folha de pagamento do funcionalismo consome a quase totalidade dos recursos estaduais. No entanto, a colaboração efetiva dos órgãos financiadores (a SUDAM, através do POLAMAZÔNIA, a SUDHEVEA, o Banco da Amazônia, a CEPLAC e o Banco do Brasil) terá o dom de viabilizar a implantação do Projeto Redenção com o cumprimento de seus cronogramas, possibilitando ao Estado atingir níveis de produção nunca antes alcançados.

Sr. Presidente, não podemos aceitar gratuitas críticas que tentam impor ao Governador Joaquim Macedo a pecha de ingênuo ou de incompetente. S. Ex.<sup>a</sup> está plenamente cónscio da gravidade da situação fundiária verificada em seu Estado, e a elaboração do Projeto Redenção obedeceu a determinações suas no sentido de solucionar, de forma definitiva, a questão da titulação de terras acreanas.

Nosso objetivo é fazer com que se cumpram os designios do Presidente da República, no sentido de aumentar a produção primária, ampliando nossas fronteiras agrícolas para a obtenção de grandes safras.

E somente podemos louvar o empenho do Governo do Estado do Acre, que vem planejando, sem alarde e demagogia, a efetiva distribuição de terras entre seus cidadãos e entre aqueles que, acreditando no solo acreano, para lá se dirigiram, vindos de outros Estados, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do interior.

Somente assim, Sr. Presidente, poderemos promover a efetiva ocupação de vasta área do território nacional, o que se nos afigura como sendo de importância capital em termos de segurança interna, pois a Região Amazônica, se não ocupada conveniente-